



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTORES DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO
SOLIDARIEDADE – CEAP-SOL
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL (Entidade)**, - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Subvenções Governamentais e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados nas Notas "14. SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS", item "b", "15. RECEITAS OPERACIONAIS – COM RESTRIÇÃO" e "16. OUTRAS RECEITAS ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 6,3 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, e aditivos, firmado entre a **SES-GO** - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 22,3 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "14. SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS", item "b", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO”, letra “a”, “RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do **CEAP-SOL** optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase(s)

Continuidade das operações, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre partes relacionadas.

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão Nº 003/2013 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto a continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 24 de junho de 2023. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota “9. Contas de Compensação”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota Explicativa “8. PARTES RELACIONADAS”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade, o ISG gestor da unidade CEAP-SOL, por meio do contrato de gestão 003/2013 com a SES-GO, realizou, em exercícios anteriores, transferências bancárias para o HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS – HDT Dr. Anuar Auad, o qual também possui contrato de gestão ativo, junto a SES-GO, tal situação ocorreu devido a necessidade da unidade HDT suprir as suas despesas que foram maiores que suas receitas recebidas mensalmente. Informamos que não obtivemos até a presente data, documentação comprobatória de autorização, por parte da SES-GO, para a realização das referidas transferências. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 14 de abril de 2022.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 26 de abril de 2023.

Work7 Auditores Independentes SS

CRC 001891 GO

12.424

Balanco patrimonial

José Ricardo Xavier

Contador CRC GO-013785/O-0
CVM

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.240.676,88	4.722.210,80
Contratos de gestão e convênios	14.a	690.871,18	186.680,00
Outros Créditos	5.a	86.977,77	97.417,11
Estoque	6	560.667,33	1.156.186,32
Despesas Antecipadas	7	2.006,10	2.427,50
		3.581.199,26	6.164.921,73
Não Circulante			
Outros Créditos	5.b	78.118,76	72.481,26
Partes relacionadas	8	5.037.744,20	5.037.744,20
		5.115.862,96	5.110.225,46
Total do ativo		8.697.062,22	11.275.147,19
Ativo compensado	9	7.740.306,11	7.665.253,05
Total do ativo e do ativo compensado		16.437.368,33	18.940.400,24
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	207.269,44	49.962,75
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	11	1.232.371,69	1.310.461,54
Obrigações tributárias	12	153.160,63	193.296,78
Outros passivos	13	775.562,47	651.709,02
Subvenções Assistenciais a realizar	14.b	6.328.697,99	9.069.717,10
		8.697.062,22	11.275.147,19
Patrimônio social			
Superavit (Déficit) acumulado		-	-

Total do passivo		8.697.062,22	11.275.147,19
Passivo compensado	9	7.740.306,11	7.665.253,05
Total do passivo, patrimônio líquido e passivo compensado		16.437.368,33	18.940.400,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

André Mansur de Carvalho Guanaes
Gomes

Raphael Lindenbach de Morais

Ernesto Stangueti

Diretor presidente

CRC 1SP 261037

Diretor Financeiro

CPF: 195.644.575-72

CPF: 846.816.088-15

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	2022	2021
Receitas - com restrição			
Programa atividades de saúde	15	21.638.951,73	22.213.623,69
Outras receitas atividade de saúde	16	729.648,97	419.918,88
Custos com programa - com restrição			
Programa atividades de saúde	17	(15.594.605,73)	(15.978.736,72)
Superávit (Déficit) bruto		6.773.994,97	6.654.805,85
Despesas operacionais atividade de saúde - com	18		

restrição

Com pessoal	18.1	(1.651.110,44)	(1.637.262,62)
Serviços prestados por terceiros	18.2	(5.061.593,97)	(4.709.503,55)
Gerais e administrativas	18.3	(364.336,38)	(434.503,99)
Tributárias	18.4	(83.416,14)	(26.669,40)
		(7.160.456,93)	(6.807.939,56)

Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição

	19		
Bens adquiridos CG		(75.053,06)	(46.520,84)
Programa Atividades de Saúde – Investimentos		75.053,06	46.520,84
		-	-

Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro atividade de saúde

(386.461,96) (153.133,71)

Resultado financeiro atividade de saúde - com restrição

	20		
Receitas financeiras		390.298,51	156.859,88
Despesas financeiras		(3.836,55)	(3.726,17)
		386.461,96	153.133,71

Superávit (Déficit) do exercício

- -

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Raphael Lindenbach de Moraes

Ernesto Stangueti

Diretor presidente

CRC 1SP 261037

Diretor Financeiro

CPF: 195.644.575-72

CPF: 846.816.088-15

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

André Mansur de Carvalho Guanaes
Gomes

Raphael Lindenbach de Morais

Ernesto Stangueti

Diretor presidente

CRC 1SP 261037

Diretor Financeiro

CPF: 195.644.575-72

CPF: 846.816.088-15

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(504.191,18)	109.919,11
Estoque	595.518,99	(231.547,32)
Outros Créditos	4.801,84	(34.578,97)
Despesas antecipadas	421,40	301,00
Fornecedores	157.306,69	(240.526,03)
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	(78.089,85)	94.940,40
Obrigações tributárias	(40.136,15)	(58.839,60)
Subvenções assistências a realizar	(2.741.019,11)	(654.466,38)
Outros passivos	123.853,45	304.833,29
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais	(2.481.533,92)	(709.964,50)
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(2.481.533,92)	(709.964,50)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.722.210,80	5.432.175,30

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.240.676,88	4.722.210,80
	=====	=====
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Raphael Lindenbach de Moraes

Ernesto Stangueti

Diretor presidente

CRC 1SP 261037

Diretor Financeiro

CPF: 195.644.575-72

CPF: 846.816.088-15

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL, e administrado pelo Instituto Sócrates Guanaes, conforme Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, conta com assistência Integral e Multidisciplinar aos portadores do vírus HIV/AIDS e Núcleo Psicossocial (Casa de Apoio), que oferece hospedagem para pacientes soropositivos residentes nos municípios do interior do Estado, com procedimentos de saúde a serem realizados em Goiânia.

Atualmente encontra-se integrado ao HDT - Hospital de Doenças Tropicais, com extensão as internações de longa duração, amplificando sua atuação para doenças infectocontagiosas, porém mantendo-se ainda como casa de Apoio e Reabilitação. A unidade ainda tem como objetivo auxiliar a reintegração de seus pacientes no respectivo núcleo familiar e na comunidade.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao termo de transferência nº 003/2013 do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio



Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, em atendimento da essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis é proveniente de cláusulas previstas no contrato de gestão, estas cláusulas são provenientes de reembolsos de rescisões, sobre os valores já pagos a ex-colaboradores do Instituto, os quais devem ser reembolsados pela SES/GO, nos primeiros dias do ano subsequente, São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros, além de recursos provenientes de contrato de gestão a serem executados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de



transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O valor a realizar do contrato de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão 003/2013 ISG/CEAP-SOL e aditivos, prorrogável dentro do limite legal.

3.2 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES-GO, administra o CEAP-SOL e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Termo de Transferência de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do termo estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando aplicável, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da

contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	33.394,87	27.149,46
Aplicações financeiras (*)	2.207.282,01	4.695.061,34
	<u>2.240.676,88</u>	<u>4.722.210,80</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundo de investimento do Santander (Renda Fixa) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

DESCRIÇÃO	TX a.a(%)	TIPO	2022	2021
Santander Aplicação - C/C 13-001478-8	5	AutoMax	152.508,44	652.019,45
Santander Aplicação CDB 13-001478-8	12,38	CDB	2.054.773,57	4.043.041,89
			<u>2.207.282,01</u>	<u>4.695.061,34</u>

Cada recurso recebido em razão do Termo de Transferência de Gestão é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.

5. Outros Créditos

	2022	2021
a) CURTO PRAZO		
Créditos de Empregados (i)	57.317,03	67.756,37
Impostos e Contribuições a Recuperar	29.660,74	29.660,74
	<u>86.977,77</u>	<u>97.417,11</u>
b) LONGO PRAZO		
Ações Trabalhistas (ii)	78.118,76	72.481,26
	<u>78.118,76</u>	<u>72.481,26</u>

- (i) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.
- (ii) Refere-se a depósitos realizados em decorrência de ações trabalhistas.

6. Estoque

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2022	2021
Estoque	210.118,27	808.043,82
Compras a Devolver/Cancelar	3.928,44	3.928,44
Estoque em Poder de Terceiros	346.620,62	344.214,06
	560.667,33	1.156.186,32

7. Despesas Antecipadas

	2022	2021
Vale-Transporte	2.006,10	2.427,50
	2.006,10	2.427,50

8. Partes relacionadas

	2022	2021
ISG - HDT	5.037.744,20	5.037.744,20
	5.037.744,20	5.037.744,20

Refere-se ao saldo entre recursos transferidos, em períodos anteriores, do Condomínio Solidariedade para o HDT, deduzidos dos valores que o Condomínio Solidariedade tem a pagar ao HDT relativos, principalmente, ao custo com funcionários conforme rateio efetuado entre as partes.

9. Contas de Compensação

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-GO e os adquiridos durante a vigência do Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013-SES/GO, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022.

Custo	Bens Recebidos em Comodato	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Direitos de Uso de Software	Total
Em 31 de dezembro de 2021	179.858,72	789.564,98	400.628,13	311.808,64	1.540.767,44	4.441.807,14	818,00	7.665.253,05
Adição	-	8.469,80	19.882,26	5.864,00	40.837,00	-	-	75.053,06
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	179.858,72	798.034,78	420.510,39	317.672,64	1.581.604,44	4.441.807,14	818,00	7.740.306,11

10. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	77.012,98	30.553,82
Fornecedores de serviços (ii)	130.256,46	19.408,93
	207.269,44	49.962,75

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos.

(ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao termo de transferência de gestão 003/2013, ISG/CEAP-SOL.

11. Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das Provisões Trabalhistas e encargos sociais do Instituto e estão assim apresentadas:

	2022	2021
INSS	178.467,34	184.543,44
FGTS	37.511,17	46.155,33

Provisões férias e encargos	1.016.333,18	1.079.293,71
Outros	60,00	469,06
	<u>1.232.371,69</u>	<u>1.310.461,54</u>

12. Obrigações tributárias

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	57.938,15	111.921,98
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	27.344,47	20.485,42
ISS retido de terceiros	61.879,73	54.972,35
PIS sobre folha de pagamento	5.998,28	5.917,03
	<u>153.160,63</u>	<u>193.296,78</u>

13. Outros Passivos

	2022	2021
Provisão de Serviços Prestados	743.945,46	610.636,66
Outras contas a pagar (i)	31.617,01	41.072,36
	<u>775.562,47</u>	<u>651.709,02</u>

(i) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

14. Subvenções assistenciais

a) Contratos de gestão e convênios

	2022	2021
Ressarcimento Rescisão (i)	670.091,18	0,00
Recursos Extras para Custeio (ii)	20.780,00	186.680,00
	<u>690.871,18</u>	<u>186.680,00</u>

(i) Refere-se reconhecimento dos créditos de ressarcimento de rescisões que serão reembolsados pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013 e demais aditivos.

(ii) Refere-se a reconhecimento do custeio da implantação do sistema de gestão hospitalar MV que serão reembolsados pela SES-GO.

b) Subvenções assistenciais a realizar

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2021	21.190.127,10	154.586,13	46.520,84	597.288,77	(240.454,91)	22.790.402,45	9.069.717,10	21.275.967,36	1.819.505,63	21.275.967,36	12.457,48	21.527,20
2022	18.970.647,52	390.261,82	75.053,06	729.685,66	(2.338,16)	22.758.899,21	6.328.697,99	21.796.340,10	4.645.198,21	22.316.712,84	15.803,55	22.132,25

A Subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/CEAP-SOL), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 6,3 milhões, refere-se a valores já recebidos para o qual o CEAP-SOL realizará prestação de serviços com programa de atividade e saúde, que devem ser realizado nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no termo de transferência de gestão 003/2013, ISG/CEAP-SOL.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Termo de Transferência de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2022 é de R\$ 15,8 milhões até a conclusão do Termo de Transferência de Gestão.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 22,1 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

15. Receitas operacionais - com restrição

	2022	2021
Programa Atividades de Saúde	21.638.951,73	22.213.623,69

Receita de subvenção realizada em razão da execução do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com SES-GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o ISG/CEAP-SOL.

16. Outras Receitas atividade de saúde - com restrição

	2022	2021
Ressarcimento de Rescisão (*)	670.091,18	-
Contribuições e Doações	59.191,14	419.564,25

Outras Receitas	366,65	354,63
	729.648,97	419.918,88

(*) Refere-se ao reconhecimento dos créditos de ressarcimento de rescisões que serão reembolsados pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013 e demais aditivos.

17. Custos com programa de atividades de saúde – com restrição

	2022	2021
Custo de pessoal cedido (i)	1.075.289,95	1.228.013,64
Custo de pessoal próprio (ii)	9.151.199,19	9.491.700,40
Materiais médicos e hospitalares	500.247,98	1.054.371,73
Medicamentos	582.242,51	797.548,71
Gases	-	16.800,62
Materiais de uso e consumo	275.643,32	568.572,64
Ajuste de Inventário e Perdas	413.335,49	251.026,81
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	3.596.647,29	2.570.702,17
	15.594.605,73	15.978.736,72

(i) Em detrimento do termo de transferência de gestão 003/2013, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do CEAP-SOL, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no CEAP-SOL e são remunerados com recursos provenientes do termo de transferência de gestão nº 003/2013, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

(ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Higienização e Limpeza, Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

18. Despesas Operacionais atividade de saúde – com restrição

18.1 Despesas Com Pessoal

	2022	2021
Salários	864.777,82	698.677,76
Horas Extras	2.739,26	1.725,05
Adicionais	202.509,33	158.560,15

Férias	159.214,23	145.518,22
13º salário	97.511,55	82.379,41
Aviso Prévio	20.411,99	28.708,14
D.S.R	0,00	(289,42)
Indenizações	7.431,72	1.165,46
Auxílio Educação	0,00	1.650,00
Benefícios (i)	2.361,85	1.257,37
Encargos sobre a folha	294.152,69	517.910,48
	1.651.110,44	1.637.262,62

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte pagos aos funcionários.

18.2 Serviços Prestados por Terceiros

	2022	2021
Serviços de Consultoria (i)	293.318,19	272.990,02
Serviços de Vigilância e Segurança	663.064,70	616.432,28
Serviços de Contabilidade	43.200,00	42.900,00
Serviços Especializados em TI	362.366,46	561.679,86
Despesas com Alimentação	1.110.220,23	864.955,31
Serviços de Manutenção	826.090,27	759.442,41
Serviços de Transporte	853.583,42	826.746,00
Despesas Corporativas (ii)	355.580,28	323.177,22
Outros Serviços (iii)	554.170,42	441.180,45
	5.061.593,97	4.709.503,55

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico.

(ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

(iii) Outros serviços compõem os gastos com auditoria, cursos e treinamentos, serviço de frete, e outros serviços prestados por pessoa física e jurídica.

18.3 Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	48.150,70	159.564,12
Utilidades e Serviços (*)	300.033,93	267.956,87
Viagens e Estadias	2.215,43	0,00
Outras Despesas	13.936,32	6.983,00
	364.336,38	434.503,99

(*) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, internet e cartório.

18.4 Despesas Tributárias

	2022	2021
IOF	0,00	11,21
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	76.983,00	23.590,36
IOF Sobre Aplicações Financeiras	2.674,16	693,52
Outros Impostos e Taxas	3.758,98	2.374,31
	83.416,14	26.669,40

19. Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição

	2022	2021
Bens adquiridos CG	(75.053,06)	(46.520,84)
Programa Atividades de Saúde – Investimentos	75.053,06	46.520,84
	0,00	0,00

20. Resultado Financeiro atividade de saúde – com restrição

	2022	2021
Receitas Financeiras	390.298,51	156.859,88
Despesas Financeiras	(3.836,55)	(3.726,17)
	386.461,96	153.133,71

21. Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas.

Por força do 6º Termo Aditivo ao Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES/GO, assinado em 16/08/2017, especificamente, nos itens 9.19 e 9.19.1, fica definido que apesar da responsabilidade ser do Parceiro Privado (ISG-CEAP-SOL), o Parceiro Público (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão de contingência trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em 31 dezembro de 2022 como perda provável, com base em informações de seus assessores jurídicos, é de R\$ 425.768,41.

	2022			2021		
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis	Trabalhistas	0	-	Trabalhistas	0	-
	Cível	0	-	Cível	0	-
	Tributária	0	-	Tributária	0	-
	2022			2021		
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	Trabalhistas	6	425.768,41	Trabalhistas	11	1.608.910,91
	Cível	0	-	Cível	0	-
	Tributária	0	-	Tributária	0	-

22. EVOLUÇÃO DO PASSIVO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

	2022		2021		Variação
	Valor	Variação em relação ao total do passivo	Valor	Variação em relação ao total do passivo	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	1.053.844,35	13,86%	1.125.449,04	9,98%	-6,36%
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	151.326,80	1,99%	162.758,19	1,44%	-7,02%

23. Eventos Subsequentes

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia (GO), 20 de abril de 2023.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72

Raphael Lindenbach de Moraes
CRC 1SP 261037

Ernesto Stangueti
Diretor Financeiro
CPF: 846.816.088-15

Protocolo 380163